

AS REFORMAS EM CURSO

E O PAPEL DO SINDICATO

Ampliando as discussões e reflexões do informativo anterior, o boletim que ora apresentamos aprofunda o papel do sindicato no curso das reformas que ele se propôs a mobilizar e realizar com outros setores.

O pequeno texto que abre o novo boletim acentua a atuação silenciosa e intensa da entidade sindical, feita sem os arroubos reivindicatórios, mas concentrada na conquista. Esse primeiro se amplia no segundo texto, como sua continuação, tratando do mote geral do SINDISERPUMI, como representativo desse exercício lento e progressivo por meio das motivações: NEGOCIAR, AVANÇAR e CONQUISTAR.

Os primeiros textos acabam por provocar mais duas reflexões nos textos seguintes: um acerca das motivações que mobilizam ou não mobilizam os servidores (sindicalizados, sobretudo), questionando nossos interesses reais nas lutas e nossa aderência a elas.

Neste espaço de atuação dos servidores e do sindicato, o quarto texto situa a tarefa do SINDSERPUMI nas reformas locais

em discussão e execução, em especial a reforma da previdência como tarefa mediadora da instituição sindical, bem como revelando suas ações práticas para além dessa mediação. É um texto que apresenta o sindicato ultrapassando suas corriqueiras ações sindicais e atuando na contribuição de políticas públicas em benefício dos servidores e munícipes.

Na página conclusiva do boletim, o tema é a necessidade de formação e conhecimento técnico para abordar e debater a previdência nos municípios e, em nosso caso, o nosso instituto—ICAPREV, como ferramenta fundamental nesse momento de reformas que impactam a vida de todos e todas.

Por fim, o nosso boletim conclui-se com um recorte de reportagem publicada pelo Diário do Nordeste, em março de 2021, sobre o andamento das reformas de previdência nos municípios cearenses até aquela data, revelando uma lentidão na tarefa de adequação aos dispositivos constitucionais.

Sigam então os textos, e boas reflexões para todos e todas!

SEJA UM FILIADO!
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUI

Facebook: sindicapui
Instagram: sindicapui
www.sindicapui.org.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL
ICAPREV SALVA-ME!

As reformas da previdência nos municípios cearenses

ALÉM DE FORTALEZA, OUTRAS 21 PREFEITURAS NO CEARÁ DISCUTEM MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA

A reforma federal estabeleceu um prazo para estados e municípios alterarem seus sistemas previdenciários; no Ceará, 64 prefeituras têm regime próprio

Ao menos cidades cearenses se mobilizaram ou estão se movimentando para aprovar nas câmaras municipais as reformas no sistema previdenciário. Elas fazem parte de um total de 64 prefeituras do Ceará que possuem Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) – municipais ou estaduais. Os dados são do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

As adequações miram a Emenda Constitucional 103, de novembro de 2019, que estabeleceu prazos para que as reformas

fossem implementadas. No texto, são estabelecidas alterações nas alíquotas de contribuição e um rol de benefícios.

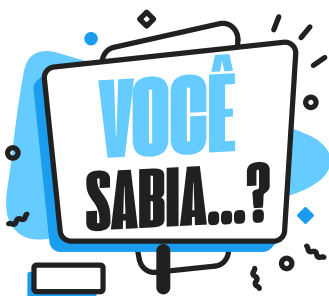
Entre as maiores cidades do Estado, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Caucaia têm Previdência própria. Em Sobral, houve uma tentativa de implementar um RPPS, mas não houve acordo.

PROPOSTAS ENCAMINHADAS

Dados da Associação Cearense dos Regimes Próprios de Previdência do Estado e dos Municípios (Acepem) mostram, no entanto, que somente sete cidades das 29, até o momento, conseguiram concluir o processo de alteração das regras previdenciárias.

Esse número, porém, pode variar e, segundo a própria associação, requer uma atualização tendo em vista as Eleições 2020. Cerca de 50% das gestões municipais no Ceará foram renovadas com o último resultado das urnas, o que pode impactar na celeridade da discussão sobre as mudanças.

As particularidades que gerem uma reforma previdenciária seguem nuances técnicas, que levem em conta cálculos atuariais, por exemplo. Elas também seguem uma cartilha política, estabelecendo que as mudanças propostas pelo Executivo precisam necessariamente ter o crivo da Câmara Municipal.



A Emenda Constitucional nº 103/19 traz para estados e municípios determinações para que adequem seus Regimes Próprios de Previdência Social de modo a estabelecer o equilíbrio financeiro em termos atuariais?

Que as receitas e despesas projetadas no ICAPREV indicam que os recursos disponíveis em aplicações financeiras, somados com os recursos a receber são suficientes para o cumprimento das obrigações com aposentadorias e pensões até abril de 2024?

Que atualmente, há 2,8 ativos para cada beneficiário na massa de seguro, e que mantendo-se o grupo fechado, sem considerar novas entradas, estima-se que em 2030 a população dos beneficiados supera a de ativos?

A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A TAREFA DA COMISSÃO E A MEDIAÇÃO DO SINDICATO



A tarefa do SINDISERPUMI na reforma da previdência municipal, já entendida como real, mas questionada quanto a seus interesses, não é a tarefa executora, mas vem sendo. De fato, é a instituição sindical que antes, a vários anos, chamou a atenção para o problema, e hoje, no ensejo das exigências constitucionais, vem sendo o instrumento de "front" de batalha, assumindo responsabilidades que não são exatamente suas, são imprescindíveis para que se faça essa reforma minimizando ao máximo os impactos junto aos servidores.

Não tem problema, é parte da luta que se vem construindo desde muito e, portanto, não desfigura a imagem política da atividade sindical. Mas a atuação do sindicato é de mediação, de trânsito entre os atores necessariamente envolvidos (servidores, legislativo e governo) para costurar proposições ao texto legal que se quer aprovar para o saneamento do nosso Instituto de Previdência.

Nessa atuação, por vezes, a entidade precisa ser mais que uma representação das categorias nesse debate. Em muitos

momentos, conquistas já solidificadas em outras demandas dos servidores foi, acima de tudo, por capacidade técnica, inteligência estratégica, posição vanguardista e abertura política que o SINDSERPUMI avançou e conquistou em suas bandeiras coletivas.

Pode-se dizer que essa agenda de discussão e de elaboração/debate da reforma da previdência é, em maior parte, o resultado do esforço mediador do sindicato, junto aos servidores (assembleias com todas as categorias), junto ao governo (audiência de apresentação da proposta oficial da reforma), dos vereadores (audiência pública da câmara municipal), da comissão de discussão, estabelecendo pontes, mobilizando as pessoas envolvidas, sem falar nas diversas produções escritas (boletins, jornais, artigos, posts em redes sociais, etc) e participação em programas radiofônicos e fixação de outdoors no município.

Agora, sobretudo na comissão, o sindicato é, junto aos colegas representantes das categorias, o suporte técnico e político para o desenho alternativo das proposições amenizadoras em contraposição ao texto mais alinhado à reforma federal oferecido pela proposta inicial do governo municipal.

ENTENDER O HISTÓRICO DA ICAPREV

PARA OPINAR COM VISÃO TÉCNICA

Há no contexto das discussões sobre a origem e perspectiva do déficit atuarial do ICAPREV diversas formas de interpretar. Muitos modos de encontrar responsáveis e não se mobilizar para a solução do problema. O principal é a criação de narrativas que ajudam os atores atuais de eximirem-se da tarefa de corrigir a situação, e isso não é uma compreensão oriunda de entendimentos técnicos, mas de leituras políticas (no sentido partidário) sem bases sólidas de conhecimento.

No caso de Icapuí, a formação e aprofundamento sobre a previdência e sua gestão, sobretudo dos recursos financeiros dos institutos de previdência, bem como a

pesquisa e análise da construção histórica do nosso instituto, principalmente da legislação, são os únicos e corretos caminhos para formar uma posição esclarecida sobre a atual condição do ICAPREV e elaborar proposições mais adequadas ao saneamento do déficit que ele apresenta.

Assim, as manifestações sobre o assunto sem os devidos cuidados de embasamento no conhecimento técnico do problema são esforços tendenciosos e acabam "patinando" no tema, sob bravatas politiqueras. Dessa forma, há necessidade de forma-se e informar-se. E isso serve para todos os atores envolvidos:

servidores, sindicato, governo, legislativo, sociedade em geral.

O SINDSERPUMI em seus técnicos tem buscado formação qualificada na área, bem como tem indicado aos interessados os espaços e instituições reconhecidas para formação sobre esta área, fundamental para gestores quanto para servidores.

O debate atual requer pessoas com fundamentação e capacidade técnica para tratar e desenhar saídas mais portadoras de equilíbrio para os ônus que a reforma da previdência municipal vai causar em todos(as).

AS PAUTAS QUE NOS MOBILIZAM: QUAIS SÃO ELAS?

As bandeiras de luta do SINDSERPUMI durante muito tempo, bem como as atuais, por vezes, não mobilizam muito os ânimos dos servidores para participação e intervenção. Isso é sabido.

Mas o que de fato avança as motivações dos servidores e servidoras para aquilo que é fundamental para a garantia de seus direitos e conquistas? A pergunta se torna pertinente para o momento, na ocasião da agenda de reformulação dos planos de carreiras e da nossa previdência. Na prática, comparando o nível de participação nos eventos das assembleias e audiência pública para esse fim, com o evento de apresentação oficial da reforma feita pelo governo municipal, e com os movimentos internos relacionados a possíveis precatórios e 14º salários, percebe-se que conflitos entre lutas coletiva e individualismo, imediatismo e visão de futuro se acentuam, e no final, ficam como eixos mobilizadores mais as motivações financeiras pontuais e pouca previsibilidade e planejamento.

Então o que nos mobiliza? Precisamos redirecionar nossos modos de ver e de integrar as lutas sindicais, crendo na instituição e fortalecendo o debate e a crítica valorativa.